

INDÚSTRIA EXTRACTIVA

AR quer uma lei com vantagens para o país

notícias, Política, 12.05.2018, país 08, ed 30. 358

O PRESIDENTE da Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos e de Legalidade da Assembleia da República, Edson Macuácuá, assegurou, esta semana, que o Parlamento vai aprovar uma lei que obriga a indústria extractiva a trazer mais benefícios ao país.

Macuácuá fez este pronunciamento à margem da conferência sobre “Os desafios de governação do sector extractivo em Moçambique”, promo-

vida quinta-feira, em Maputo, pela Coligação Cívica sobre a Indústria Extractiva.

“O debate em curso, em torno da proposta da lei do conteúdo local, visa fundamentalmente trazer mais benefícios e mais ganhos para os moçambicanos”, explicou.

Acrescentou que o dispositivo irá permitir uma maior participação e ligação entre o sector privado moçambicano e as multinacionais envolvidas na exploração dos recursos naturais.

“Através de um maior envolvimento do sector privado moçambicano na exploração das oportunidades de negócios geradas na indústria extractiva, será possível criar mais emprego para os moçambicanos”, indicou o parlamentar.

Por seu turno, a directora executiva do Centro Terra Viva (CTV), Alda Salomão, afirmou que as instituições do Estado devem estar melhor preparadas para exercer maior controlo e regulação na actividade extractiva, visando assegurar

mais benefícios para o país.

“Podemos evitar que os recursos naturais se tornem numa maldição, assegurando que o Estado se prepare e organize adequadamente para a sua exploração sustentável”, declarou.

O Estado, segundo Alda Salomão, deve exercer uma fiscalização eficaz sobre a exploração dos recursos naturais, equipando-se com capacidade de avaliação.

“As instituições do Estado devem estar adequadamente preparadas para avaliar os recur-

sos que temos e tomar a decisão sobre que recursos explorar e quando explorar”, acrescentou.

Apelou às companhias envolvidas no sector extractivo a comprometerem-se com a geração de maiores ganhos para as comunidades residentes nas áreas em que operam.

“As empresas devem estar conscientes sobre o seu papel, no sentido de que a exploração de recursos naturais seja correcta do ponto de vista económico, social e ambiental”, disse Alda Salomão.

Frelimo pretende saber os ganhos

A BANCADA da Frelimo na Assembleia da República pretende saber do Governo as acções que estão em curso para viabilizar a exploração do gás natural na bacia do Rovuma, em Cabo Delgado, e os ganhos que se esperam para a economia nacional e o bem-estar dos moçambicanos.

O questionamento consta do rol de cinco temas sobre os quais a Frelimo pretende obter esclarecimentos na sessão de perguntas ao Executivo, agendada para próxima semana.

Falando ontem à imprensa, o porta-voz da bancada, Edmundo Galiza Matos Júnior, disse que a maioria parlamentar pretende ainda saber sobre as medidas tomadas para combater a praga da lagarta do funil de milho, que ameaça a produção deste cereal no país e toda a campanha agrícola 2017/2018.

A Frelimo na Assembleia da República questiona as principais acções para a criação de mais oportunidades de emprego e promoção de auto-emprego para os jovens em Moçambique, no quadro da Política de Emprego aprovada pelo Governo.

O grupo maioritário quer saber, também, sobre os planos existentes para a reabilitação e construção de estradas e pontes, incluindo a reposição das que foram danificadas pelas cheias, um pouco por todo o país.



Porta-voz da bancada parlamentar da Frelimo, Edmundo Galiza Matos Júnior

“Esta é uma questão importante, porque só com vias de acesso em bom estado é que poderemos melhorar a circulação de pessoas e bens, escoar e comercializar a produção nacional, dinamizar e impulsionar a actividade turística”,

afirmou o porta-voz da bancada parlamentar.

Por último, a Frelimo pretende saber as acções em curso para reduzir o elevado índice de sinistralidade que caracteriza as principais estradas do país, deixando um rasto de luto

e milhares de feridos.

“Será uma semana bastante preenchida, com as sessões a iniciarem na terça-feira, dia normalmente reservado ao trabalho das comissões parlamentares, e a fecharem na sexta-feira, momento reserva-

do, geralmente, às reuniões de balanço das bancadas”, disse.

Para além das questões da Frelimo, o Governo deverá responder às perguntas das bancadas parlamentares da Renamo e do Movimento Democrático de Moçambique (MDM).